

O QUARTO PODER

Várias vezes abordamos em nossos vinte anos o tema dos meios de comunicação. Não é para menos: eles ocupam um espaço cada vez maior em nossa vida cotidiana, com conseqüências no terreno político, econômico, cultural e social. Neste tema de capa analisamos o significado desse instrumento onipresente que é a televisão, cujo enorme poder pode ser bem observado nos casos do Brasil (Rede Globo), Estados Unidos (CNN) e Itália (o conglomerado controlado pelo atual primeiro-ministro, Silvio Berlusconi). E mostramos o esforço de alguns setores sociais em favor da democratização da comunicação, um tema essencial para o debate sobre a consolidação da democracia.

Beatriz Bissio

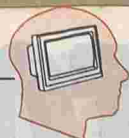
O poder e o papel dos meios de comunicação de massa na sociedade moderna são um dos temas mais estudados nos últimos anos. O escritor uruguaio Eduardo Galeano, autor do clássico "As veias abertas da América Latina", qualifica o monopólio mundial das comunicações de uma "ditadura eletrônica" da qual é difícil escapar.

De fato, o impacto que os meios exercem, principalmente os eletrônicos, é objeto de crescente preocupação não só em círculos de especialistas, mas em amplos setores sociais e políticos. Ninguém desconhece hoje em dia a influência da televisão, rádio, imprensa escrita e inclusive do cinema, na formação da opinião pública.

No mundo do pós-Guerra Fria, a ampliação e aprofundamento da democracia constituem uma das mais importantes aspirações dos povos. Mas o exercício da democracia exige o acesso a uma informação confiável.

Em boa parte dos países ocidentais, entre os quais se incluem quase todos os da América Latina, os maiores jornais e revistas são empresas privadas, enquanto rádios e canais de televisão são concessões do Estado exploradas pela iniciativa privada (à exceção das TVs Educativas, que geralmente são estatais).

Como os meios de comunicação de massa são encarados como empresas privadas, não escapam ao objetivo último de gerar lucros aos que os controlam. Também por isso, a programação não está pensada com fins educativos ou informativos: está determinada por interesses comerciais.



CAPA

Por essa razão, mesmo quando não há nenhum tipo de interferência do Estado nos meios de comunicação, não necessariamente existe *liberdade de imprensa*, se utilizarmos essa expressão para definir a capacidade de qualquer setor social ou de qualquer cidadão ter acesso à mídia para expressar seus pontos de vista.

Os patrocinadores ou anunciantes e os proprietários das concessões são os que têm, em última instância, o poder de determinar que tipo de programação vão veicular e de impor sua ótica aos noticiários.

O anunciante manda – Segundo o psiquiatra Sérgio de Paula Ramos, dez por cento da receita da televisão brasileira vêm de anúncios de bebidas alcoólicas, cigarros e medicamentos. Mas os problemas causados à saúde por essas drogas lícitas consomem 7,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, em tratamentos e internações hospitalares, acidentes de trânsito e aposentadorias precoces.

“Por isso – afirma o psiquiatra –, os meios de comunicação fazem tanto estardalhaço em relação à cocaína e à maconha, que não são tão consumidas no Brasil, mas deixam de informar sobre problemas muito mais graves provocados pelo alcoolismo, o vício de fumar e o consumo de medicamentos sem orientação médica e em excesso.”

Em um sistema como este, onde a informação deve atender ao interesse do dono do veículo e do anunciante, o fato em si perde importância; o que vale é a *versão* do fato divulgada pelos meios de comunicação ao grande público. Ao desfrutar desse direito de *facto* de divulgar a *versão dos fatos que mais lhes convém*, os que controlam os meios passam a deter um imenso poder político, maior inclusive dos que os poderes constituídos do Es-

tado. Por essa razão, os meios de comunicação são chamados de *quarto poder*.

De Hitler aos tempos atuais – Adolf Hitler é considerado pelos especialistas como o primeiro líder político que compreendeu a importância estratégica da comunicação. Em seu livro “Minha Luta” (*Mein Kampf*), ele afirma: “A propaganda revolucionária desempenhará no futuro o papel que tem a cortina de fogo da artilharia como preparação para o ataque da infantaria. Suas tarefas serão derrotar psicologicamente o inimigo antes que entrem em ação seus exércitos.”

De fato, como constata um estudo da Unesco, “a tecnologia moderna dos grandes meios os converteu praticamente em armas: os países dominantes já não necessitam invadir com armas para ocupar outro país, uma vez que o poder se deslocou para os meios de comunicação. Eles são suficientes para dominar um país através da rádio, televisão, cinema, discos, vídeos e outros meios que têm grande impacto, sobretudo na juventude”.

Vários especialistas atribuem o desmoronamento dos regimes comunistas na Europa Oriental não só aos erros da cúpula dirigente, como também ao trabalho persistente realizado ao longo dos anos pela mídia ocidental, encarregada de vender uma imagem dourada da moderna sociedade de consumo e de “satanizar” a estrutura econômica e social daqueles países.

O mais famoso intelectual vivo dos Estados Unidos, Noam Chomsky, proclama que “a propaganda é, para a democracia, o que a violência é para a ditadura” e mostra, baseado em estatísticas, que 50% dos meios de comunicação dos Estados Unidos estão controlados por 23 grandes corporações transnacionais.

O “outro” oligopólio

Nas épocas de vigência de planos de estabilização econômica no Brasil, como é o caso do segundo semestre deste ano, os principais meios de comunicação do país costumam denunciar a ação de “oligopólios”, que procurariam inviabilizar os programas econômicos com a retenção de mercadorias e aumentos injustificados.

Mas a ação de um outro tipo de oligopólio e os pre-

juízos causados por ele à população não são revelados pelos maiores jornais, emissoras de TV e rádios do país: a da própria mídia, que filtra as informações, dando o enfoque que interessa aos proprietários desses meios.

Somente a família de Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, detém o controle de 17 emissoras de TV, das quais 15 de VHF, e 20 estações de rádio.

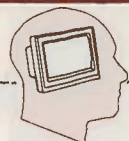
O Código Brasileiro de Telecomunicações, criado em 1963 para regulamentar as concessões de emissoras de rádio e TV no país, prevê que uma entidade ou pessoa física não pode ter participação acionária em mais de dez emissoras de TV em todo o território nacional, sendo no máximo cinco de VHF.

O grupo Globo não é o único que “dribla” o dispositivo legal. As famílias Si-

rostky (grupo RBS – Rede Brasil Sul), Abravanel (SBT), Saad (Bandeirantes) e Câmara (grupo Anhangüera, que atua no Centro-Oeste do país) também ultrapassam o limite legal.

O artifício mais comum usado pelos grupos para tentar legalizar o controle excessivo é registrar as empresas em nome de parentes ou de pessoas de confiança. Se esses “testas-de-ferro” forem encarados como membros de um grupo empresarial, como normalmente são, a lei continuará sendo infringida.

(Marcelo Monteiro)



CAPA

“Hoje, em qualquer lugar do mundo, a comunicação é um processo que serve ao poder estabelecido”, sentencia, por sua parte, o especialista norte-americano Herbert Schiller. Para ele, “a privatização de jornais, canais de televisão, sistemas de TV a cabo, correios e telecomunicações, feita em nome da liberdade, não tem, na verdade, nada a ver com a essência da liberdade”.

Na sua opinião, a privatização em massa no terreno das comunicações nos últimos anos, primeiro nos Estados Unidos, depois na Europa, na América Latina e em todo lugar, atendeu às necessidades e beneficiou as transnacionais e outros grupos privilegiados da economia. E foi realizada às custas da população em geral. “As conseqüências a longo prazo desta política ainda vão ser sentidas”, sentenciou Schiller.

Proposta fracassada – Nos anos 70, surgiu uma importante iniciativa internacional, visando à democratização da informação. A proposta partiu do Movimento de Países Não-Alinhados – que vivia uma época de auge – e foi adotada como uma de suas principais bandeiras pela Unesco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a

começando a era Reagan-Thatcher, que disseminou as políticas neoliberais. A proposta da Unesco foi duramente criticada e acusada de interferir, em vez de propiciar a liberdade de imprensa. Como represália, os governos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha se retiraram dessa agência da ONU, deixando-a em difícil situação financeira já que eram as nações que mais contribuíam para o seu orçamento.

Realidade virtual– Os meios de comunicação continuaram acumulando poder, com o reforço dos avanços tecnológicos como a televisão a cabo, a TV de alta definição e a realidade virtual.

Vale a pena deter-se alguns segundos sobre a realidade virtual, pois a revolução que vai provocar – com suas imagens perfeitamente realistas criadas por computador, com as quais todas as simulações são possíveis – está sendo comparada à aparição do alfabeto ou à invenção da imprensa.

Com o surgimento da realidade virtual, “a fronteira entre o verdadeiro e o falso se torna cada vez mais tênue”, adverte Philippe Quéau, responsável pelo programa europeu *Imagina* de realida-

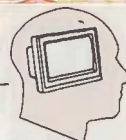
*A tecnologia moderna dos grandes meios os converteu em armas.
As nações dominantes já não necessitam de invasões para ocupar outro país. O poder deslocou-se para os meios de comunicação*

Ciência e a Cultura. A proposta, que proclamava a necessidade de construir uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII), complementava a reivindicação do mundo subdesenvolvido de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). Entendia-se na época que a democratização da economia mundial só poderia ser alcançada se, simultaneamente, se conseguisse democratizar o fluxo informativo.

Em 1980, a Unesco realizou em Belgrado uma reunião que aprovou o chamado *Relatório McBride*, onde um grupo de especialistas que trabalhou sob a coordenação do irlandês Sean McBride, Prêmios Nobel e Lênin da Paz, resumiu suas propostas para a democratização da comunicação a nível mundial. As principais idéias do relatório eram simples: supressão dos efeitos negativos dos monopólios, públicos ou privados, na área da comunicação; pluralidade de fontes e canais de informação; liberdade de imprensa e direito à informação; respeito à identidade cultural dos povos etc.

Mas os resultados desse interessante e precursor esforço de reorientar o papel dos meios de comunicação são conhecidos. No Ocidente estava





CAPA

de virtual. Em um artigo publicado no *Le Monde Diplomatique* de agosto passado, Quéau afirma que com essa nova tecnologia “a informação pode ser manipulada para derrotar melhor o adversário”, gerando problemas no terreno ético com os quais jamais nos deparamos. Isso exigiria da sociedade um conhecimento sobre o poder dessas tecnologias capaz de garantir o respeito aos direitos de seus cidadãos.

A sociedade à mercê da mídia—Na verdade, poucos ou nenhum são os mecanismos de que dispõe a sociedade para intervir na definição dos conteúdos programáticos dos meios de comunicação ou para assegurar o direito a uma informação democrática.

Na América Latina, o poder político dos donos dos meios de comunicação também é notório. Na Colômbia, cinco dos presidentes que governaram o país nos últimos 50 anos pertenciam a um dos seis grupos de famílias que dominam 75% da circulação de jornais e revistas no país. Na Venezuela, segundo a senadora Lolita Aniyar de Castro, criminalista e estudiosa da legislação sobre a mídia, a maioria dos membros do Parlamento está vinculada a algum dos grupos que dominam a comunicação no país.

Em uma série de artigos publicados este ano em um dos jornais mais importantes do país, dom Lucas Moreira Neves, cardeal primaz do Brasil e arcebispo de Salvador, afirmou que o objetivo da televisão brasileira tem sido “deseducar camadas inteiras da população” e sentenciou: “Se não forem mudadas rapidamente as regras de jogo na televisão,

este país nunca poderá ser democrático.”

No Brasil surgiram nos últimos anos numerosos grupos da sociedade civil em defesa da democratização da comunicação. Unidos, criaram o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, do qual fazem parte hoje 44 comitês estaduais e municipais, além de 37 organizações não-governamentais (ONGs) e sindicatos.

O Fórum se reúne periodicamente para aprofundar a análise do tema da comunicação e incentivar a sociedade a mobilizar-se em torno de suas bandeiras.

EUA: acordo de cavalheiros — O aumento das cenas de violência nos meios de comunicação está sendo acompanhado por educadores e psicólogos. Pesquisas realizadas nos Estados Unidos revelaram que as crianças assistiam a uma média de 32 cenas de violência por hora. Baseado nesses dados, a sociedade começou a pressionar o Congresso a legislar sobre o tema. Em 1990, o movimento conseguiu a aprovação de uma lei obrigando as emissoras a diminuir os índices de violência.

Um novo estudo, realizado três anos depois pela Escola de Comunicação da Universidade da Pensilvânia, constatou que a violência diminuiu, mas, mesmo assim, as crianças assistem a 18 cenas violentas em uma hora.

Durante o julgamento de um menino de 12 anos, que assassinou nos Estados Unidos uma senhora idosa, o advogado de defesa alegou que seu cliente “tinha dificuldades para separar a realidade da ficção”.

Pressionados pela opinião pública, legislado-

Itália: a vitória da videocracia

Às vésperas das eleições de 27 e 28 de março deste ano na Itália, o escritor Umberto Eco alertou no jornal *L'Espresso*: “O caso Silvio Berlusconi representa o primeiro exemplo na história ocidental de tentativa do quarto poder — a imprensa — de dominar os poderes Executivo e Legislativo, com o conseqüente efeito que isso pode ter sobre o Poder Judiciário.”

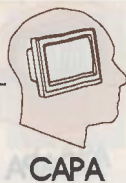
Para o autor de “O nome da rosa”, se a Itália permitisse que ocorresse “uma situação tão anômala, todo o sistema democrático do mundo ocidental estaria em perigo”.

Apesar desta e muitas outras advertências, a anomalia ocorreu. Berlusconi não apenas conseguiu a vitória

do Pólo da Liberdade — coalizão integrada pelo seu partido Força Itália, a separatista Liga Norte e os neofascistas da Aliança Nacional — mas, além disso, em apenas dois meses de campanha explodiu em mil pedaços as peças do jogo político italiano onde os partidos tradicionais vinham dando as cartas há muito tempo.

Ao se conhecer a vitória esmagadora do Pólo da Liberdade, o candidato do Partido Socialista Italiano, Valdo Spini, comentou com amargura: “Berlusconi é a videocracia, isto é, a substituição da democracia pelo vídeo. A única coisa que ele faz é prometer um destino melhor, um futuro imaginário.”

Por sua vez, o periódico *The Guardian*, de Londres, escreveu na época: “Sua campanha e sua vitória são criações do império dos meios de comunicação. Diante desse desafio, as forças tradicionais dos partidos de esquerda empalidecem até se tornarem insignificantes.” Mais adiante, o jornal britânico assinalava: “A Força Itália é a quinta-essência do novo partido político. Não tentou filiar membros em massa e virtualmente não tem representações de base. É uma criação dos meios de comunicação. Seu nome, seu slogan e suas políticas têm sido cuidadosamente polidas pelos melhores e mais brilhantes especialistas em marketing.”



CAPA

Uma das formas mais perversas de violência que a telinha mostra é o modo de vida luxuoso da elite e a oferta de produtos sofisticados a uma população que, na sua maioria, sobrevive no limite da miséria

res e representantes das principais redes daquele país (NBC, ABC, CBS e Fox) fizeram ano passado um acordo pelo qual as emissoras são obrigadas a alertar os telespectadores antes de exibir um filme violento. Se não chegassem a esse acordo, o Congresso norte-americano estava disposto a elaborar um código de censura para a televisão.

Contribuiu muito para que o acordo saísse a atitude de Ted Turner, presidente da rede de TV a cabo norte-americana CNN – que se projetou a nível internacional quando cobriu ao vivo de Bagdá a Guerra do Golfo. Turner reconheceu, sem rodeios, diante da subcomissão de Telecomunicações da Câmara dos Deputados, em Washington, que a violência na TV é responsável pela crescente violência na sociedade norte-americana. “Os que escolhem a programação da televisão podem ser considerados assassinos. Eu, inclusive”, sentenciou.

No Chile, o Conselho Nacional de Televisão (CNT) iniciou recentemente uma ofensiva contra a excessiva violência na telinha, recebida entusiasticamente pelos pais de família e pelos próprios jovens.

Televisão substitui realidade – Em um seminário organizado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, em julho passado, com o sugestivo título de “Mídia e violência urbana”, o ex-governador Leonel Brizola mostrou que o aumento da violência nas grandes cidades do Brasil coincidiu com a consolidação das redes de televisão no país. “A TV altera a conduta dos telespectadores”, afirmou. Segundo ele, a influência da televisão na sociedade brasileira é maior do que em outras pelo elevado índice de analfabetismo da população.

A maioria dos especialistas concorda que, atualmente, é maior o conjunto de conhecimentos adquiridos fora da escola do que os assimilados dentro dela, como lembra Eduardo Sotillos, ex-diretor da Rádio Nacional da Espanha. Para ele, “os grandes meios audiovisuais têm se convertido nos principais veículos de cultura, mesmo com os seus defeitos e limitações”. Por essa razão, já foram chamados de *sala de aula sem paredes*, pelo especialista em mídia Marshall McLuhan.

O professor Muniz Sodré, diretor do curso de pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, considera que uma das formas mais perversas de violência que a telinha mostra é o modo de vida luxuoso da elite dominante e um mercado de consumo de produtos sofisticados a uma população que, na sua maioria, sobrevive no limite da miséria.

A rotina das cenas violentas – O professor está com a razão quando assinala que oferecer o luxo a quem vive na miséria é uma forma de violência, mas a televisão mostra claramente outras formas de violência. Uma pesquisa realizada pela equipe do então vice-governador do Estado do Rio, Nilo Batista, sobre a violência veiculada nos programas da Rede Globo na semana de 5 a 11 de janeiro de 1992, revela que a emissora exibiu 1.165 cenas violentas, isto é, 166 por dia, sem contar noticiários e programas desportivos. Na programação destinada ao público infantil, as cenas de violência representavam 34,9% do total. E nas telenovelas, a violência ocupava 21,4% do total.

O mesmo estudo voltou a ser realizado em janeiro de 1993, ocasião em que foi constatado que a média diária das cenas de violência tinha aumentado de 166 para 196. Isto é: uma cena violenta

O conteúdo violento de muitos programas está sendo questionado pela sociedade civil





CAPA

ta a cada 4 minutos e 13 segundos! E as crianças, que recebiam em 1992 pouco mais do que 30% desse total, passaram a sofrer uma carga de 51,1% um ano depois.

Para o prestigiado jornalista Moacir Werneck de Castro, que escreve semanalmente uma coluna de opinião no *Jornal do Brasil*, “não se trata de pedir a censura como remédio, e sim de exigir do Estado, com energia, um mínimo de cuidado na fiscalização das empresas de comunicação, premiadas por esse mesmo Estado com concessões de canais altamente rentáveis e cinicamente desviados da sua função educativa, cultural e recreativa”.

O jornalista francês Henri-Pierre Jeudy é autor de vários estudos sobre a relação dos meios de comunicação e a insegurança que a população sente. No mencionado seminário promovido no Rio de Janeiro, Jeudy afirmou que “a televisão moderna causa uma espécie de alucinação no público”. Segundo ele, atualmente, nos programas de televisão as imagens são mais importantes do que o próprio fato. “A televisão já não é mais um espelho da realidade; ela substitui a realidade”, afirmou.

O direito à informação – Outro estudioso francês, François Brune, tem feito importantes reflexões sobre as conseqüências da ação da televisão sobre as mentes e as consciências. Na sua opinião, a apatia diante da política, a crescente tendência à abstenção nas eleições e a despolitização de cada vez maiores contingentes de cidadãos na Europa (a análise vale para outras partes do mundo) não podem ser explicadas só pela gravidade dos problemas que enfrentam mas, principalmente, devido “à ideologia que difundem os meios de comunicação, que nos impõem uma certa percepção da realidade”.

“A sucessão de eventos e o ritmo alucinante com que são mostrados (na TV) nos produz um ‘efeito de época’, que nos transforma em meros espectadores, ou seja, impotentes. Sejam episódios ‘reais’ ou inventados, nos são impostos como ‘fatos que ocorrem’ e contra os quais nada se pode fazer”, analisa.

Para Brune, as mil e uma situações com que os meios de comunicação bombardeiam diariamente o telespectador *desvalorizam* sua realidade cotidiana. Como protestar por uma determinada situação – desemprego, baixos salários etc. – se ela nada representa diante das catástrofes que não param de ocorrer no nosso planeta?, se pergunta o especialista.

“Inclusive no caso de que se fale em nome de uma categoria social, os meios desestabilizam esse ponto de vista por métodos diferentes – pesquisas de opi-

nião, seleção de entrevistas na rua, estatísticas – mediante os quais nos mostram que essa percepção é equivocada, parcial ou minoritária”, escreve Brune em seu artigo “Efeitos nefastos da ideologia política dos meios de comunicação” (*Le Monde Diplomatique*, maio de 1993).

O estudioso chega à conclusão de que o discurso dos políticos acaba adaptando-se à imposição dos meios, pelo qual perde autenticidade e profundidade. Surgem assim dois grandes sofismas aos quais freqüentemente recorrem os que controlam os meios de comunicação: o da intimidação da maioria da população e o dos fatos contra os quais é inútil lutar.

Graças ao segundo sofisma, repetido até a exaustão, as realidades da época são inevitáveis e determinam tudo: os políticos, como o restante dos cidadãos, devem se submeter a elas.

O outro sofisma, o da intimidação da maioria da população, é usado para silenciar os “recalcitrantes”. Trata-se de uma interpretação perversa do princípio do poder da maioria (real ou pré-fabricada), à qual é dada uma autoridade absoluta, desqualificando os cidadãos “rebeldes”, ou cujo ponto de vista é supostamente minoritário.

Um problema ético – Esse tremendo poder de manipulação da realidade exige um debate sobre a ética nos meios de comunicação. Quais devem ser os limites da liberdade de expressão?

Ao se falar em ética nos meios de comunicação é importante analisar outro tipo de violência exercido por eles: o abuso do poder de julgar as pessoas antes que a Justiça tenha condições de fazê-lo.

A França viveu há alguns meses um desses episódios, com o suicídio do ex-primeiro-ministro

Informação como negócio

No início dos anos 60, Robert Edward Turner III, mais conhecido como Ted Turner, era o típico jovem do sul dos Estados Unidos – bom de copo, mulherengo e brigão. Nessa época, a única coisa que sabia de televisão era ligar e desligar o aparelho. No final daquela década, herdou de seu pai um canal de televisão em Atlanta (Geor-

gia). Nos anos 70, incurtiu na tecnologia via satélite. Em junho de 1980, criou a TV a cabo CNN (Cable News Network), com 24 horas ininterruptas de informação para dois milhões de assinantes.

Em janeiro de 1990, quando se deflagrou a operação militar “Tempestade no deserto”, em represália ao fato do Iraque ter invadido



CAPA

episódios, com o suicídio do ex-primeiro-ministro do Partido Socialista, Pierre Bérégovoy, duramente questionado pela mídia a partir do episódio de um empréstimo para a compra de um apartamento. O ministro da Defesa, François Léotard, qualificou Bérégovoy de "a primeira vítima de uma nova cultura, fundada num fascismo elegante, no charme discreto da calúnia, na recusa a toda responsabilidade e todo compromisso que não seja com a ironia".

A sociedade civil, em maior ou menor medida, segundo os países, tem reagido diante do poder avassalador da mídia. O conceito de *liberdade de imprensa* está sendo repensado, por se achar que nos dias atuais essa expressão é inadequada. Na prática, lembra o especialista no assunto José Salomão Amorim, "a liberdade de imprensa acaba por se transformar em liberdade de empresa" devido ao poder exercido pelos grandes grupos econômicos.

Na opinião de Salomão, "estamos assistindo ao nascimento de um outro conceito, capaz de expressar o ideal de uma comunicação democrática: o *direito à informação*. Nele, o cidadão é o centro das preocupações, e o que antes era definido como liberdade torna-se um direito".

As conseqüências da "cultura eletrônica", imposta nas últimas décadas pela forte penetração da televisão na vida cotidiana, preocupam os estudiosos que as associam à passividade e apatia, um fenômeno em expansão nas sociedades modernas.

Experiências em diferentes países do mundo mostram a existência de três sistemas de comu-

"É possível imaginar uma televisão diferente, a serviço de uma ética humanista e da construção democrática"

Jurandir Freire

nicação que se complementam: o privado, o estatal e o público. Com este último, pretende-se criar estruturas de comunicação dotadas de independência administrativa e financeira tanto em relação ao governo quanto aos interesses privados.

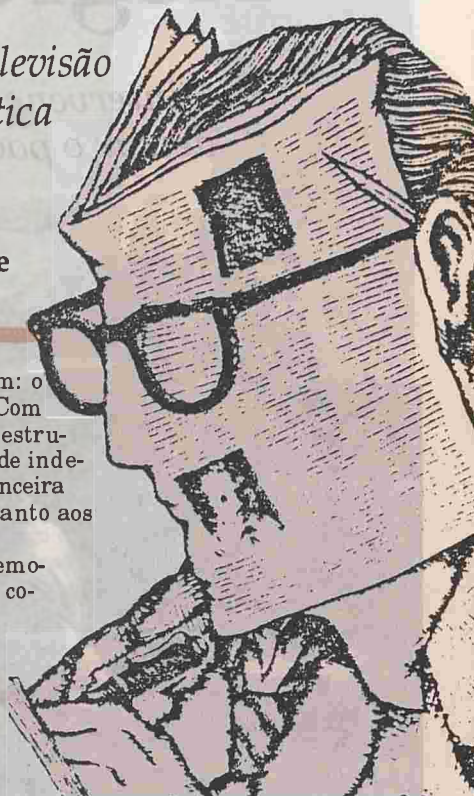
Entre as alternativas de democratização está, também, uma correta regulamentação da exploração da TV a cabo, com a qual se abrem possibilidades quase ilimitadas de criar novos canais com programação própria.

Mas, como lembra Salomão, "é imprescindível para a realização do direito à informação o estabelecimento de controles públicos sobre os meios de comunicação". Um exemplo é a figura do *ombudsman*, que já existe em alguns jornais do Brasil. Ele é encarregado de encaminhar as reclamações dos leitores e de analisar a cobertura dos fatos que é feita por esse meio de comunicação.

"A televisão não criou a sociedade de consumo e a moral do sucesso publicitário a qualquer custo. A TV é um instrumento para transmitir esses valores. Mas é possível imaginar uma televisão diferente, a serviço de uma ética humanista e da construção democrática", assinala o psicanalista Jurandir Freire.

O que falta, então, para que isso aconteça? Falta vontade política de enfrentar os interesses econômicos que estão por trás do modelo tradicional. E para isso é necessário que a sociedade organizada assuma a bandeira do direito à informação e lhe dê total prioridade.

Pela importância da mídia no mundo moderno, sua democratização é, sem dúvida, um dos grandes desafios dos partidos social-democratas, que lutam pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.



Kuait, as imagens da CNN chegaram a 11 milhões de residências somente nos Estados Unidos (e talvez a um número igual ou maior no resto do mundo).

As transmissões do repórter Peter Arnett — o único que permaneceu em Bagdá, sob as bombas, e conseguiu uma longa entrevista com Saddam Hussein — correram o mundo com o logotipo da CNN.

Ao contrário dos outros países da imprensa no mundo, como Silvio Berlusconi (Itália), Emilio Azcárraga (Cable Televisa, do México), Roberto Marinho (Brasil) e Alejandro Romay (Canal 9, Ar-

gentina), Turner não faz "contrabando ideológico": se limita a informar.

Em janeiro de 1893, consciente de seu êxito, Turner declarou à revista especializada *Broadcast Communication* que a CBS, NBC e ABC eram "dinossauros" condenados à decadência. E foi ainda mais incisivo nas suas declarações: "As grandes cadeias têm se transformado em antinorte-americanas, estúpidas, materialistas, antifamiliares, anti-religiosas. Suas concessões de transmissão deveriam ser canceladas e dadas a grupos que cumpram com a obrigação de servir ao interesse público."